

THIAGO LIMA D' AGUA

SER OU NÃO SER: A RUA COMO UM ESPAÇO DE RELAÇÕES

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACHS – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

BARUERI

2012

THIAGO LIMA D' AGUA

SER OU NÃO SER: A RUA COMO UM ESPAÇO DE RELAÇÕES

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO À BANCA EXAMINADORA DA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO, COMO EXIGÊNCIA PARCIAL DA
HABILITAÇÃO DE PSICÓLOGO DO CURSO DE
PSICOLOGIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E DA SAÚDE.**

ORIENTADORA: Profª. Drª. Ana Laura Schliemann

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACHS – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA
BARUERI**

2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Autor: Thiago Lima D'Água

**Título: Ser ou não ser: a rua como
um espaço de relações**

Barueri, ____ de junho de 2012.

“Se você não consegue entender o meu silêncio de nada irá adiantar as palavras, pois é no silêncio das minhas palavras que estão todos os meus maiores sentimentos”.

Oscar Wilde

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela vida, pela força, pela fé e pela vontade inerente de continuar sempre a caminhada.

Aos meus pais que me auxiliaram nos momentos mais difíceis. Ao meu pai Carlos, que sempre me incentivou a continuar minha jornada, por mais dolorosa que tenha sido. À minha mãe Solange, que me ensinou a compreender a vida de outra forma, com outros olhos e a enxergar que a vida “é bonita, é bonita e é bonita”.

Agradeço ao meu irmão Pedro, que por mais distante que estejamos fisicamente, sabemos que sempre estamos ligados e conectados, no amor eterno. Obrigado irmão, por compartilhar muitos momentos comigo.

Aos meus avós maternos por me acolherem em sua morada e compartilhar muitos momentos comigo, me amparando, me resguardando e me auxiliando nessa jornada.

Aos meus avós paternos por estarem sempre presentes em minha vida, de uma forma ou de outra. Obrigado por me fazerem parte da família e estarem sempre ao meu lado.

À minha madrinha, tia Sandra, que me acompanhou em toda minha escolha profissional, apoiando, sorrindo, chorando, estando sempre ao meu lado, independente do resultado conquistado. San, você é um exemplo de que posso seguir em frente, custe o que custar. Obrigado por tudo!

À minha prima, amiga, psicóloga e advogada, Soleny, que sempre me incentivou a continuar a jornada pelo mundo da psicologia, galgando novos anseios, buscando meios e caminhos alternativos. Sô, obrigado pelas escutas, pelas conversas na beira do mar, pelo “fazer psicologia”. Você é um exemplo pra mim que seguirei para sempre, onde for!

À minha Tomita, companheira eterna, que conseguiu por alguns momentos ficar longe de mim, entendendo que este era um momento de reflexão. Amor, obrigado pela sua compreensão. Eu te amo demais!

À toda a equipe da Casa Resgate Vida, que me auxiliou quando precisava chegando à finalização deste trabalho. Meus agradecimentos em especial à Luciene Queiroz Macedo, Rosângela Huehara Ikeda e Geralda Santos que possibilitaram que tudo isso acontecesse.

Ao Prof^o. Dr^o. José Agnaldo Gomes, que na sua tentativa de busca de uma solução para a população em situação de rua, me guiou com seus conhecimentos e abriu luzes em meu caminho para trilhar este desafio. Professor, meu sincero muito obrigado pelas dicas, pela orientação, pelas conversas no trânsito. Seu apoio foi de fundamental importância para a conclusão deste trabalho.

À Prof^a Dr^a Maria Cecília Vilhena Moraes Silva, que me incentivou sempre na tentativa de nunca desistir de meus sonhos. Obrigado professora e amiga Ciça, sempre levarei sua força de vontade, seu companheirismo e sua garra comigo, onde for.

Ao Professor Coordenador, mestre e amigo Marcos Colpo, pelo auxílio durante o preparo deste projeto, auxiliando-me nesta jornada.

À Prof^a Mestre Rita de Cassia Ferrer da Rosa, por me ensinar o gosto pelos métodos projetivos e seus diversos locais de aplicação. Rita, obrigado aceitar de tão bom grado participar desta produção teórica.

Em especial à minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Laura Schliemann, que acreditou em meu potencial desde o início do curso, me proporcionando muito nesta caminhada pelo conhecimento e incentivando-me a não desistir nunca da Academia.

À banca examinadora por apreciar e colaborar na construção de um estudo o qual me interessei e acredito que poderá contribuir para aprofundamentos que virão.

Por fim, agradeço à todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente na construção do pensamento, entendendo que as pessoas em situação de rua precisam de ajuda, de amparo e que, somente nós, é que seguiremos esse exemplo se levado à sério.

Autor: Thiago Lima D'Água

Ser ou não ser: a rua como um espaço de relações

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Laura Schliemann

2012

RESUMO

Compreender o fenômeno população em situação de rua é o escopo fundamental deste trabalho, na tentativa de buscar mecanismos que justifiquem o processo de integração da pessoa em situação de rua: como são formadas as relações com os outros, como esta pessoa se compreende como sujeito desta dialética inclusão/exclusão e quais são suas histórias de vida.

Através de entrevistas semidirigidas com duas pessoas em situação de rua albergadas na instituição Casa Resgate Vida, no município de Barueri, a fim de compreender como ele se sente e quais são seus dilemas vividos.

A aplicação do psicodiagnóstico de Rorschach na tentativa de uma compreensão de quais são suas percepções, como são construídos os afetos e as emoções e como são processadas as informações pelas pessoas em situação de rua.

O que podemos observar é que a cultura subjacente no discurso destas pessoas é citada como um universo paralelo. O enraizamento da situação de rua se tornou intrínseco a esta população e, a naturalização do fenômeno população em situação de rua é vista com clareza na fala dos sujeitos. Sentem que são vítimas desta situação e nada conseguirá fazer como que saiam dela.

Ausência de moradia, inexistência de salário, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, ruptura dos vínculos familiares, consumo de álcool e drogas, estão entre os fatores que fazem parte da vida subjetiva de cada um que está em situação de rua. Em ambos os casos a bebida aparece como peça fundamental para compreender como foi configurada a situação de rua e quais são as perspectivas do sujeito em relação ao futuro

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua, Rorschach, Psicologia, Exclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
OBJETIVOS E MÉTODOS	13
CAPÍTULO I	19
1.1. Recorte Histórico do Fenômeno na contemporaneidade	19
1.2. Panorama Brasileiro	24
1.3. Indicadores importantes	31
1.4. Políticas Públicas voltadas à população em situação de rua	46
CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO A INSTITUIÇÃO CASA RESGATE VIDA	50
DISCUSSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
Anexo 01	62
Anexo 02	63
Anexo 03	71
Anexo 04	74
Anexo 05	77

INTRODUÇÃO

Tão próximos e tão visíveis – mas, ao mesmo tempo, tão distantes e tão invisíveis. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando a visibilidade com a invisibilidade. A exclusão se presta como uma linha, em todo o “nosso” território, criando fronteiras imaginárias. (CHIAVERINI, 2007, p.9)

A vulnerabilidade da pessoa em situação de rua traduz parte do universo das classes populares. Na rua as pessoas perdem suas referências, estão à margem da sociedade e expostas a riscos cumulativos num ambiente, muitas vezes, precário e insalubre. Essa camada da população, marginalizada, vive o drama da exclusão social nas grandes cidades, nos grandes centros urbanos.

Segundo VARANDA (2004, p.56),

[...] exclusão social, cidade, economias paralelas, globalização, estratégias e circuitos de sobrevivência desenvolvidos se inserem num contexto de oposição aos mecanismos de aparação social e rompimento dos vínculos familiares.

Desta forma, realizamos uma pesquisa para ampliar o entendimento sobre a população de rua e sua situação de sofrimento e adoecimento, como expressão da exclusão social. Nesta justificativa, procuramos apresentar a relevância desse projeto, como fonte de consulta para outras pesquisas. Desta forma, produzimos o trabalho de campo com entrevistas abertas e estruturadas e aplicação do psicodiagnóstico de Rorschach.

Tentamos então compreender como a situação de rua se formou historicamente, através de um levantamento histórico da população de rua, percebendo assim que esta situação sempre foi configurada na sociedade, mascarada atrás de fenômenos dos quais todos vemos, - o homem que dorme na rua, a mulher que pede no semáforo, os papelões jogados num canto das marquises e das praças da cidade - mas não estamos adaptados a entendê-

los, ou a repararmos. É a invisibilidade social que advém deste processo multifacetado que passa a ser reflexo do grande contingente populacional.

Utilizamos-nos de duas teorias na tentativa de compreender o fenômeno pessoas em situação de rua. A primeira foi a psicanálise e a segunda a sócio-histórica.

Sigmund Freud, médico e fundador da psicanálise que viveu entre 1859 a 1939, em seu livro *O mal-estar na civilização*, traz a ideia de que o sujeito cresce e tem seus instintos desde bebê, onde seu ego une, ainda, o mundo interno com o mundo externo. Desta forma, sentidos, sensações, sentimentos, são misturados e confundidos num mundo interno/externo.

Psicanaliticamente falando, é necessário compreender a formação simbólica que o sujeito traz em sua vida, adquirindo contextos jamais ignorados e presentes em todo o percurso de sua história. Sensações, sentidos, significados, estão enraizados na história de vida do sujeito. É este sujeito pensante, simbólico, que traz concepções, através de suas funções psíquicas introjetadas, de vivências, traços históricos construídos.

A complicada estrutura de nosso aparelho mental admite, contudo, um grande número de outras influências. Assim como a satisfação do instinto equivale para nós à felicidade, assim também um grave sofrimento surge em nós caso o mundo externo nos deixe definhar, caso se recuse a satisfazer nossas necessidades. (Freud, p. 27, 1997)

É então na busca da eliminação deste sofrimento, que o bebê expulsa os sentimentos que não gosta e que são estranhos e ameaçadores. Desta forma, conhecendo o externo e o interno, a criança passa pelo princípio da realidade.

A segunda teoria que utilizamos na construção do pensamento visando o entendimento do fenômeno população em situação de rua foi a teoria sócio-histórica.

A construção da subjetividade das pessoas em situação de rua em seu contexto vivencial, carregados de sentimentos e sentidos traduzindo uma

experiência marcada pela exclusão e pelo sofrimento que é a pauta inicial deste trabalho, onde procuramos compreender como se estrutura a história de vida do sujeito, como ele chegou às ruas, onde estão seus familiares, quais são seus sentimentos e suas relações vivenciais. Procuramos então, compreender a dimensão estrutural deste fenômeno chamado população em situação de rua.

A identidade de uma pessoa é construída através de suas vivências. A experiência de uma pessoa em situação de rua pode ser algo relevante que altere sua ideia de sentimentos e sentidos adquiridos sobre determinadas circunstâncias, transmutando sua identidade: “Identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto... é metamorfose.” (CIAMPA, 1987 p. 74).

O homem enquanto sujeito social, inserido num contexto sócio-histórico é dotado de qualificações que o atribuem como um sujeito histórico, social e cultural. A construção da identidade é um processo que contempla aspectos conceituais e contextuais, ou seja, é necessário primeiro analisar a concepção de identidade, como categoria de análise, como uma construção social adquirida e vivenciada, marcada por polissemias que darão sentido à vida do sujeito.

A humilhação social que existe no fenômeno população em situação de rua pode ser vista sob a luz da teoria sócio-histórica com vertentes adjacentes a formação da sociedade e de como são as relações de submissão e mando nos dias de hoje e como essa relação intensifica-se cada vez mais.

Através deste entendimento, é possível observar, então, que a identidade é um fenômeno social – não sendo possível, desta forma, dissociar o estudo da identidade singular o estudo da sociedade. É neste contexto histórico e social que o homem vive que decorrem suas determinações e, por consequência, surgem as possibilidades e os modos de identidade.

Procuramos então compreender o fenômeno da exclusão e humilhação social vista sob o ponto de vista das pessoas em situação de rua; a busca de sua identidade como construção adquirida na vivência de rua; como são entrelaçados os sentidos e os sentimentos adquiridos por estas pessoas.

Além disso, trazemos o psicodiagnóstico de Rorschach na tentativa de compreender essa relação estrutural que existe entre as pessoas em situação de rua e as relações que as próprias pessoas estabelecem entre si. A psicologia pode muito auxiliar nesse contexto. O homem como um ser que altera a sociedade e, por ela é alterado, pode, e deve trabalhar como pano de fundo neste panorama social.

As pessoas em situação de rua trazem conteúdos importantes de ordem social, psíquica, cultural que acreditamos ser importantes para compreender a estruturação do fenômeno população em situação de rua. Acreditamos que o psicodiagnóstico de Rorschach possa nos auxiliar na busca da compreensão do fenômeno.

OBJETIVOS E MÉTODOS

O objetivo deste trabalho foi compreender a pessoa em situação de rua, como ela vive, vê o outro e/ou se coloca diante deste outro, tentando entender como são feitas as construções vivenciais na rua e como são configuradas as relações das pessoas que estão em situação de rua com a formulação de identidade.

O referente Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade, obtendo a construção do consentimento livre-esclarecido devidamente assinado pelos sujeitos, resultando, para isso, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, somente após essa aprovação é que foi realizada a pesquisa de campo e os estudos de caso. O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Sorocaba (Uniso) em fevereiro de 2012.

Essa é uma pesquisa qualitativa, que se propõe a refletir sobre o universo das pessoas em situação de rua. Há dois estudos de caso que trazem conteúdos que são analisados num perfil geral.

Esse tipo de pesquisa é importante no contexto social, pois traz um universo de significados, motivos, aspirações, valores, atitudes, crenças, correspondendo assim a um espaço mais profundo das relações, pois não podem ser reduzidos à variáveis.

Segundo Minayo (2002, p.26), “o foco fundamental é a construção do projeto de investigação”. Para ela, “[...] o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos” (2002, p.25).

Nesse contexto o sujeito é dotado de características que trazem em seu bojo aspectos vivenciais e que podem ser entendidos pelas relações que são formadas no meio em que vive.

Segundo REY (2004) a subjetividade do indivíduo pode ser considerada como um sistema complexo contendo dois âmbitos que se inter-relacionam: o

individual e o social. Existe, portanto, a subjetividade individual e a subjetividade social.

A subjetividade individual está relacionada às experiências singulares e únicas de cada sujeito, ou seja, depende da história individual diferenciada de cada sujeito.

Podemos então, por assim dizer, que a subjetividade social está diretamente relacionada às formas subjetivas (que podem ser individuais ou não) concatenadas com os diversos níveis da vida social, ou seja, em diferentes grupos ou diferentes instituições. Essas relações estão diretamente ligadas entre si e são determinantes de toda uma concretude.

O curso da coleta de dados foi dividido em duas partes: primeiro acompanhamos a equipe da Casa Resgate Vida no Projeto Reinsere por duas (2) visitas. Essas intervenções (ou busca ativa) visam a retirada das pessoas em situação de rua da cidade de Barueri, muitas vezes insalubre, levando-os para a instituição. Acompanhamos a entrevista inicial (com a psicóloga e assistente social) com o propósito de conhecer um pouco mais da história de vida do sujeito e a proposta que a Casa traz a ele.

Após encontramos dois sujeitos que gostariam de ir até a Casa Resgate Vida, aceitando se adaptarem a uma rotina, procurando melhores formas de qualidade de vida, fizemos um acompanhamento semanal com estes sujeitos, vendo suas possibilidades de troca de experiências com outros sujeitos albergados no local e entendendo as relações que se dão buscando compreender as situações impostas.

Após esta observação minuciosa, com duração de cerca de duas semanas, realizamos com este mesmo sujeito um roteiro de entrevista (Anexo 05), contendo questionamentos de como foi configurada aquela situação, quais foram os motivos que o trouxe para a rua, sua história de vida antes das ruas e quais são as relações formadas na rua.

As entrevistas foram realizadas com os indivíduos, na própria instituição numa sala cedida pela mesma que respeitasse as necessidades éticas de sigilo e liberdade.

O objetivo almejado por essa entrevista era de entender qual é a história de vida daquele sujeito, bem como informações sobre sua família e seu propósito de vida.

A segunda etapa da metodologia do trabalho ficou reservada para a aplicação do psicodiagnóstico de Rorschach, procurando entender como são formados os enlaces à luz da psicanálise e da sócio-histórica. Como essa situação foi configurada e como esse sujeito está inserido na sociedade? Como esta mesma sociedade, que exclui e puni, pode ajudá-lo em sua busca por uma melhor condição de vida? Existe uma melhor condição de vida? Como a Psicanálise contribui para o entendimento, através da literatura de Freud. A análise temática das respostas às manchas favorece a projeção pelo examinando, ou trajetórias estereotipadas do sujeito nas relações.

Hermann Rorschach formou-se em várias universidades, uma delas a Universidade de Zurique que na época tinha como diretor Eugen Bleuler, importante psiquiatra suíço e psicanalista. Neste contexto, propôs ao mundo uma forma de compreensão da percepção humana: um psicodiagnóstico com manchas que poderia ser utilizado por meio da percepção. Suíço e médico psiquiatra, viveu entre 1884 e 1922.

Na época de seu surgimento, o psicodiagnóstico de Rorschach foi muito criticado e comentado, sendo mais aceito somente dez anos após sua morte. O psicodiagnóstico de Rorschach continua sendo utilizado até hoje na prática clínica e nas áreas de pesquisa em psicologia projetiva, psicologia clínica e psicopatologia. O psicodiagnóstico possui fidedignidade, validade e sensibilidade que são confirmadas e precisadas regularmente por especialistas na área.

O instrumento, criado através de dez pranchas com manchas de tintas simétricas em tons monocromáticos (preto e branco e cinza) e policromáticos, permitem identificar com clareza e sutileza sinais discretos em um sujeito, trazendo a presença de processos ou aspectos que escapariam à observação nas entrevistas clínicas, numa anamnese no geral. Revela índices de uma patologia em vias de desenvolvimento ou “elementos portadores de uma

evolução mais favorável em contextos de descompensação clinicamente inquietantes” (Chabert, 2004)

As pranchas são apresentadas em ordem fixa (de 1 a 10) e sempre seguidas da pergunta “O que isto poderia ser?”. Em sua aplicação existem duas fases: esta primeira, a da pergunta e em seguida a do inquirido (que seria uma fase mais aberta onde o sujeito pode verbalizar um pouco mais, com o objetivo de avaliar a dinâmica da personalidade.).

As respostas dadas pelo sujeito representam, segundo o psicodiagnóstico, a estruturação psíquica de sua personalidade, onde pode haver ou não sua estruturação.

O objetivo do psicodiagnóstico de Rorschach é procurar entender aspectos de atenção, percepção, tomada de decisão e análise lógica.

A análise do psicodiagnóstico Rorschach será feita de acordo com o Sistema Compreensivo de Exner¹. A escolha por este sistema se deu, pois é uma forma de adquirir uma fidedignidade maior a aplicação do psicodiagnóstico e a busca por uma aplicação padronizada, com uma codificação objetiva e precisa.

Esse Sistema Compreensivo é organizado por Sequencia de Códigos e Sumário Estrutural facilitando a análise das informações advindas dos protocolos do psicodiagnóstico. Exner propôs também uma estratégia que explora componentes básicos: agrupamento das variáveis do psicodiagnóstico em módulos, além da formulação de sequencia em que os módulos devem ser analisados.

Através do psicodiagnóstico feito do Rorschach é possível visualizar momentos em que o sujeito projeta algo deduzido pelas pranchas. A projeção, como um processo básico e um mecanismo psíquico criado por Freud, é o processo de atribuir a outras pessoas ou ao mundo externo os próprios impulsos, sentimentos e afetos indesejados (na maioria das vezes recalcados).

¹ John E. Exner Jr, psicólogo americano nascido em 1928 que tornou o psicodiagnóstico de Rorschach mais útil em termos psicométricos.

Trata-se, portanto, de um mecanismo de defesa inconsciente, que permite ao sujeito ignorar que estes sentimentos são dele mesmo.

No entanto, além deste conceito mais usual e conhecido, a projeção também pode ser suposta em situações de percepções passadas onde as internas influenciam a percepção de estímulos novos. Pode-se então entender que a projeção é o próprio modo de se organizar que se expressa na percepção da realidade. FREUD (1912, p.123) apud SILVA afirma que,

[...] a projeção não é especialmente criada para fins de defesa; podemos observá-la mesmo em casos em que não existe conflito. A projeção de percepções internas para o exterior é um mecanismo primitivo, ao qual também estão sujeitas, por exemplo, as nossas percepções sensoriais e que, portanto, desempenham um papel capital na conceituação do nosso mundo exterior. Em condições ainda insuficientemente estabelecidas, quer as percepções internas, de processos afetivos e ideativos, quer as percepções sensoriais, são projetadas de dentro para fora e utilizadas para a configuração do mundo exterior, quando deveriam permanecer dentro do mundo interior.

Pensando então no psicodiagnóstico de Rorschach como um instrumento capaz de trazer um pouco da realidade do sujeito em situação de rua, utilizo-o trazendo não no aspecto primário da projeção, como uma forma de mecanismo de defesa do ego, mas como um mecanismo habitual de abordar a realidade. Neste sentido, a projeção traria então uma acomodação ao princípio da realidade.

O segundo conceito trazido à luz da psicanálise que está presente na utilização do psicodiagnóstico de Rorschach é a transferência. Este conceito, trazido numa relação indivíduo-psicólogo-estímulo é observado no processo interpretativo e perceptivo. Trata-se de um processo construído desde o momento da visualização da prancha até a formulação da resposta.

Ainda segundo SILVA (1987, p.5),

Ao primeiro contato visual com a prancha, o sujeito tem uma impressão perceptual de um contorno principal e suas características de cor, sombra, etc. Um aspecto destes pode iniciar os processos associativos, com propostas de conteúdos. Estes devem também explicar os demais aspectos da mancha.

Enquanto avançam as associações, inicia-se a reorganização perceptual e a articulação da percepção com o conteúdo associado. O percepto vai se diferenciando e o conteúdo se torna mais específico até a produção da resposta.

Nesta situação o sujeito responde aos estímulos das pranchas acreditando que, através delas, o psicólogo o ajudará a entender seu passado e procurar soluções. Por isso a transferência é o segundo conceito psicanalítico trazido. Desta forma, ele é entendido como ênfase não no estímulo propriamente dito, mas na relação. Compreendendo o processo da formulação a resposta é visto então a relação que se dá entre psicólogo e sujeito.

CAPÍTULO I

1.1. Recorte Histórico do Fenômeno na contemporaneidade

A situação das pessoas em situação de rua é algo que acompanha a história da humanidade. O que fazemos aqui é um recorte da população em situação de rua no mundo moderno.

Para compreender o que chamamos de fenômeno da população em situação de rua hoje, muitas são as hipóteses apontadas para a migração de pessoas para as ruas. Falaremos de algumas hipóteses das quais precisamos remontar a alguns séculos da história mundial, quando ainda existiam situações precárias de trabalho e a sociedade era denominada liberalista ou neoliberalista.

MARX (1996, p.747), já dizia sobre pauperismo,

Constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

Pode-se então analisar a categoria trabalho do ponto de vista marxista, onde o trabalho pode ser visto como uma atividade técnica do processo de trabalho (atividades realizadas pelos seres humanos na busca de mecanismos que respondam às suas necessidades), ou nas condições realizadas na sociedade capitalista (absorvido como criador de novas mercadorias e produtor de valor destas mercadorias). Esses processos seriam desencadeados pelo capital para atender as necessidades de acumulação do capital.

Podemos perceber, desta forma, que o trabalho é visto como trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O capitalismo torna o trabalho uma mercadoria especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital deixando-o numa posição de estruturação do capitalismo e das relações sociais na contemporaneidade.

Em meados do século XX, Henry Ford, nos EUA, desenvolveu um sistema de produção em massa para a indústria automobilística baseado numa linha de montagem que tinha como principal objetivo reduzir ao máximo os custos da produção e baratear o produto, obtendo um maior lucro na venda. Esse sistema de produção, denominado fordismo, foi o sistema que mais se desenvolveu no mundo, sendo responsável pela produção de diversas mercadorias em massa.

Segundo Pinto (2010, p.36), a linha de montagem fordista constituía-se de:

[...] um mecanismo de transferência, que pode ser um trilho, uma esteira, ou um conjunto de ganchos ligados a um mecanismo de tração integrado a um comando único que lhe transmite um movimento regular ao longo do tempo. A cada um desses ganchos, ou em cima da superfície da esteira, os objetos de trabalho são atados e assim são transferidos para praticamente todas as seções de trabalho em que se divide o setor de produção, sofrendo a intervenção dos trabalhadores (que, por sua vez, se encontram distribuídos uniformemente em cada ponto dessas seções) até que possa ser, então, retirados dessa linha, testado, embalado e levado ao estoque de produtos acabados. (...) um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, a cada trecho por onde passa o objeto de trabalho trazido pelo mecanismo de transferência, e nos quais já estão presentes, na forma de pequenos estoques e com mecanismos que permitam seu mais fácil acesso aos trabalhadores, os instrumentos, as ferramentas e as matérias-primas que serão utilizadas por eles na tarefa estritamente determinada que têm para cumprir. Esses postos de trabalho são geralmente numerosos, ocupados por um trabalhador cada e ordenados de forma linear e, sendo mínima a intervenção de cada um na produção como um todo (correspondendo a um número pequeno de operações), a cada um deve ser levado o objeto de trabalho semitransformado no mesmo ritmo.

Contudo, o fordismo tendia à queda, devido ao controle de produção altamente burocratizado, a drástica estagnação econômica vivida com a crise do petróleo dos anos 70 e a ascensão de novos concorrentes na Ásia. Após a queda do fordismo, na década de 80, surgiu outro sistema.

Desta vez no Japão criado por Taiichi Ohno, o sistema de produção denominado toyotismo seguia uma forma mais rápida e com menos gastos ainda do que o sistema anterior. A produção aumentava, os custos caíam,

garantindo assim uma melhor eficiência do sistema produtivo e uma melhor qualidade no produto ora fabricado. Tudo isso foi possível devido a um mercado doméstico pequeno, o que exigia um número variado de produtos, a força de trabalho era local, não precisava ser exportada, e ainda tinha um grande incentivo do Ministério da Indústria e Comércio japonês.

Ainda segundo Pinto (2010, p.63),

A ideia era permitir que os trabalhadores adquirissem o conhecimento, executassem e passassem a se responsabilizar por várias fases do processo produtivo total, o que lhes possibilitaria desenvolver múltiplas capacidades, que, ao final, seriam reaproveitadas no cotidiano de seu trabalho, com aumento da produtividade. Evidentemente, tratou-se de um processo doloroso para a classe trabalhadora, pois a situação tinha caráter emergencial: era aceitar ou perder o emprego – via demissão ou falência da empresa.

Com o advento do sistema de produção taylorista, houve muito desemprego estrutural, deixando muitas pessoas nas ruas. Uma das hipóteses de teóricos e especialistas nesse assunto é a de que o surgimento da população em situação de rua nos leva a uma busca nas sociedades pré-industriais da Europa, onde com o acúmulo de produção de riqueza (a chamada acumulação primitiva de Marx), os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras. Com isso, muitos se tornavam mendigos ou ladrões, na tentativa, geralmente frustrada, de sobrevivência.

Com as questões advindas da contemporaneidade, as causas da questão social ficam explícitas nas condições paupérrimas que vivem a população em situação de rua. O fenômeno pôde ser visto, então, como produto de uma superpopulação (traduzidos no seio do capitalismo) e como resultado de uma exploração em massa da força de trabalho buscando a produção inerente das riquezas. O fenômeno da população em situação de rua pode ser então buscado na história, permeado primeiro pelo capitalismo, chegando à contemporaneidade como uma forma de fuga, de escape à situação imposta.

Para Silva (2009, p.13) o fenômeno da população em situação de rua se dá através de

[...] múltiplas determinações, inerentes à sociedade capitalista, cuja origem e expansão vinculam-se aos processos intrínsecos à acumulação do capital, distinguindo-se desta forma como um fenômeno produzido socialmente no contexto de formação de uma superpopulação relativa às necessidades médias de expansão do capital.

Na visão de Marx (1996) a pobreza advém não só da não distribuição equânime da riqueza social, mas também da apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração de classe dos capitalistas sobre os trabalhadores. Para ele na produção capitalista o trabalhador está separado de seus meios de produção e acaba alienando sua força de trabalho ao detentor do poder (capitalista) por um intervalo de tempo. Com isso, o trabalhador entra e sai deste processo de produção da mesma forma que entrou, ou seja, o que ele produz é fruto de seu trabalho, no entanto, não pertence a ele. E essa condição é contínua, incessante, se tornando um ciclo vicioso: o trabalhador produz riquezas e o capitalista engrandece.

Segundo SILVA (2009), o surgimento do fenômeno população em situação de rua teve início quando da acumulação primitiva do capital expulsou trabalhadores rurais de suas terras, compelindo-os à venda da única mercadoria que lhes restou: sua força de trabalho

Ainda para SILVA (2009), os trabalhadores que foram expulsos de suas terras e não foram logo absorvidos pelo movimento da indústria que crescia rapidamente nos países da Europa se tornaram, então, mendigos, ladrões, vagabundos. Este fenômeno se tornou cada vez mais comum em países da Europa Ocidental, quando surgiu o pauperismo. Como uma tentativa de conter esse movimento cada vez maior, foi implementada uma rígida lei que forçavam os trabalhadores a aceitarem empregos com salários baixos a fim de provocar uma nãoaderência ao movimento pauperismo e inibir melhores condições para essa população.

O Estado então se tornou, forte, hierárquico e autoritário, colocando em vigor uma legislação selvagem e arbitrária, que submetia o trabalhador compelido à vagabundagem à uma forma de disciplina rígida do sistema de trabalho assalariado.

Além disso, as migrações advindas do fenômeno da população em situação de rua causam, de certa forma, um desajuste social e psicológico da população. A exclusão social é vista como uma dialética do incluído/excluído. Os pobres são obrigados a viver numa situação de inferioridade, de humilhação. As pessoas começam a se considerar não pertencentes da mesma categoria que os demais.

O enfraquecimento e a ruptura das relações sociais são grandes e as pessoas se tornam cada vez mais individualizadas, já que acreditam não pertencer mais à mesma classe dos demais transeuntes que por ali passam. Em seus discursos, querem ser pessoas, querem ser alguém na vida, como se não pudessem ser seres humanos, mesmo estando nesta condição paupérrima.

Esta fragilidade das relações humanas, sentida na pele pela maioria das pessoas em situação de rua, pode se tornar em grau de comodismo e dependência. Acomodam-se com a situação e, por isso, dependem dos outros para viver, pedindo esmolas recebendo doações. A naturalização do fenômeno acaba ficando enraizada na história de vida do sujeito e ele se vê diante de um dilema moral, ético e psicológico.

Os que passam pelo processo de ruptura acumulam problemas de todo o tipo – o afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, falta de moradia, perda de contatos com a família, etc. [...] caracteriza-se por um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização. Sem esperanças de encontrar uma saída, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram o álcool como meio de compensação para sua infelicidade. (PAUGAM, p.76, 2002).

As pessoas em situação de rua, segundo PAUGAM (2002) recusam qualquer tipo de contato com seus membros familiares, pois não se consideram capazes de corresponder às expectativas familiares, preferindo, desta forma, isolar-se, a se humilhar, indo ao seu encontro para pedir ajuda. Ainda segundo ele, muitas pessoas nesta situação sentem falta de uma pessoa para conversar e se sentem desprezados pelas pessoas que estão sempre de passagem.

Esta condição é vista, então, de forma excludente do ponto de vista analítico social e a dialética proposta por autores como SAWAIA (2002) é tida

como um conceito fundamental para compreender as relações advindas deste tipo de população. Essa exclusão é entendida como um produto advindo do sofrimento do outro. A legitimação do processo enraizado na história pode contribuir, desta forma, para a compreensão do fenômeno.

1.2. Panorama Brasileiro

Pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua está enraizado em múltiplas determinações. Esses fatores estruturais e biológicos é que dão início a todo esse fenômeno que muito inquieta a sociedade.

As pessoas em situação de rua são invisíveis em sua maioria, pois não são aceitos e muito menos notados no rol de características excludentes que pode-se citar. Ausência de moradia, inexistência de salário e conseqüentemente de renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, ruptura dos vínculos familiares, consumo de álcool e drogas, doenças mentais, terremotos e inundações estão entre os fatores que fazem parte da vida subjetiva, pessoal e individual de cada um que está em situação de rua.

Para compreender o fenômeno população em situação de rua hoje no Brasil é necessário entender as formas de existência da superpopulação relativa. Para MARX (1996), essas podem aparecer de acordo com as fases do ciclo industrial, seriam elas: flutuante, latente e estagnada.

Como forma flutuante, pode-se entender o movimento dos trabalhadores que, em grandes centros urbanos, são ora repelidos, ora atraídos pelo mercado de trabalho. Essa classe é constituída por pessoas de idade mediana, pois os jovens são mais aproveitados para o capital industrial. Segundo MARX apud SILVA (2009, p.98), “[...] o trabalhador de mediana idade já está em regra bastante alquebrado. Assim é conduzido para as fileiras dos supérfluos ou é rebaixado de categoria”.

A forma latente deste ciclo industrial se expressa nas migrações dos trabalhadores rurais para as cidades. Esse fluxo se deu, num primeiro

momento devido à expulsão do meio rural não existindo um movimento de atração em contrapartida. Além disso, essa forma migratória é um meio de fuga dos mecanismos ora excludentes e inoportunos para uma tentativa melhor de vida.

Por fim, como forma estagnada de população pode-se compreender aquela que é uma classe trabalhadora em atividade, porém ocupa cargos e ocupações demasiadamente irregulares, com condições de vida abaixo do padrão médio da classe trabalhadora. Geralmente recebem salários baixos, não tem garantias sociais decorrentes de suas atividades laborais e cumprem extensas jornadas de trabalho.

O pauperismo faz parte então uma população relativa que está apta ao trabalho, mas que não são absorvidas pelo mercado de trabalho. São órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho (idosos, enfermos e pessoas com deficiência). Esta parte da população é a que necessita mais de ajuda dos outros e do Estado, pois para se sustentar dependem de gastos extras não possuindo meios para arcar com suas despesas mínimas e essenciais.

Outro fator importante que advém do fenômeno é a questão social na contemporaneidade, tema trazido por CASTEL e WANDERLEY (1995). A questão social se funda nas extremas desigualdades e injustiças que coexistem na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos que eram formados na sociedade.

Essa questão é fundamentada nas múltiplas relações e nos diversos prismas que são formados economicamente, politicamente, culturalmente, religiosamente nestas sociedades. Além disso, o aumento progressivo e vertiginoso na concentração de poder e de riquezas de classes e setores sociais dominantes traz à situação oposta e decadente de pobreza generalizada de outras classes sociais denominadas a maioria da população adjacente.

A questão social é percebida então pela sociedade quando esta tenta, de alguma forma, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, trazendo tensões e conflitos sociais. Segundo CASTEL (1995, p.18) apud WANDERLEY, a questão social é uma

(...) aporia fundamental sobre a qual a sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) de existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.

Outro aspecto importante na explanação sobre o fenômeno população em situação de rua é a localização nos grandes centros urbanos. Hoje podemos perceber na cidade de São Paulo, por exemplo, o grande contingente populacional que mora nas ruas da cidade. E os locais são os mais variados possíveis, desde praças, marquises, ruas sujas e escuras à baixos de viadutos, encostas de bares e igrejas.

Na falta de dinheiro e de albergues, os centros comerciais—livre do trânsito de pedestres à noite, com amplas marquises para a proteção da chuva, próximos a bares e restaurantes, que oferecem as sobras de comida e banheiro, caso se esteja com boa apresentação, com farto papelão para se improvisar uma cama – são uma boa opção para passar a noite. (VARANDA, 2004, p.10)

Essa situação se deve principalmente à grande quantidade de vida existente nas regiões macro da cidade, em particular da megalópole de São Paulo. A grande circulação do capital faz com que haja um maior contingente populacional circulando diariamente por esses locais.

Desta forma, existem inúmeras alternativas que possam garantir a subsistência diária, mesmo que estas sejam precárias. Por exemplo, uma pessoa em situação de rua que fique nas redondezas de um grande mercado (o mercado municipal de São Paulo, por exemplo), pode garantir alimento para aquele dia ou para alguns dias. O lixo se torna, por diversas vezes, o desjejum e a garantia de sobrevivência desta população encarcerada pela exclusão social.

No município de Barueri, existem alguns pontos importantes onde podemos perceber a incidência de pessoas em situação de rua, como o Centro

da cidade, entre o Terminal de Ônibus e a estação de trem, embaixo de marquises dos comércios, o Boulevard da cidade e, até mesmo, nos bairros mais afastados (como Jardim Silveira e Jardim Belval) nas praças e nas vielas mais afastadas.

Além disso, essas regiões são pontos estratégicos para receberem doações ou obter rendimentos realizando atividades não formais, como venda de mercadorias com baixo valor comercial, guarda de carros (os chamados “flanelinhas”), serviços de engraxates, revenda de ingressos para eventos culturais, revenda de garrafas e copos de água, refrigerante, cerveja, doces, balas e outras guloseimas, além dos usuais pedintes nos semáforos e esquinas da cidade. Muitos usam até crianças ou abusam de sua falta de saúde ou condição de diferente.

Portanto, pode-se dizer que este fenômeno é, além de tudo, um fenômeno urbano. Urbano por situar seu maior contingente populacional nos grandes centros e por trazer o maior eixo talvez, a maior facilidade para o atendimento às necessidades básicas (higiene, alimentação, saúde, abrigo, etc).

Por fim delimito dois últimos aspectos que traduzem a questão da desigualdade social e da exclusão da população em situação de rua: o primeiro referente ao preconceito atribuído as pessoas em situação de rua e o segundo, não menos importante por ser o último a ser destacado, mas interligado com este primeiro, a tendência à naturalização do fenômeno.

O preconceito é demasiado a este tipo de população, dado seu grau de exclusão da sociedade. Os nomes, por vezes pejorativos, utilizados pela sociedade traduzem o universo vivido pelas pessoas, são eles: “mendigos”, “maloqueiros”, “vagabundos”, “bandidos”, “pedintes”, “carentes”, “doentes mentais”, “vadios”, “drogados”, “moradores de rua” entre outros.

As pessoas em situação de rua são chamadas de “vagabundos” quando não possuem emprego formal, carteira assinada ou direitos trabalhistas. Para a sociedade contemporânea, ter um emprego formal é sinal de dignidade, respeito e serve como legitimador da identidade do trabalhador. Desprovidos

destas referências, as pessoas em situação de rua são consideradas sob a ótica de “preguiçosas”, “improdutivas” e “inúteis”.

Segundo Di Flora apud Mattos (2004, p.49),

A população em situação de rua é assim estigmatizada, pois escancara as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

Desta forma ocorre o que podemos chamar de tipificação do indivíduo. Essa é advinda da sociedade como forma de cristalizar, de sustentar, de abarcar as relações de dominação e exploração no sentido da identidade pessoal. Os diversos nomes dados às pessoas em situação de rua têm, portanto, objetivo de hostilizar, violentar e ignorar os verdadeiros olhos da sociedade. Esses conhecimentos e experiências adquiridos pelas pessoas em situação de rua acabam por transformar-se em sua identidade, a forma como que se veem no mundo, como se enxergar, como se enraízam e caracterizam.

Outro nome que usualmente é chamado essa população em situação de rua é de “louco”. Distribuído na sociedade na forma de senso comum, as pessoas em situação de rua são portadoras de algum distúrbio psíquico que compreende altos níveis de desviantes sociais. Este tipo de categorização nos leva a uma pergunta: o que é normal? O fato neste sentido é que o diferente é visto de uma forma excludente. A “normalidade” passe a ser alvo de uma forma legítima de tipificação da sociedade.

Ainda há o fator excludente do “perigo eminente” onde tem alguém morando nas ruas da cidade. A pessoa é vista como “perigosa” e “criminosa”. As pessoas ficam com medo de circular próximo à elas, conversar. Talvez pelo fato do senso comum atravancar a real necessidade das pessoas em situação de rua, talvez pelo fato de não querer ver o que se passa por trás do sistema. Neste sentido, a exclusão social é permeada pela violência, delinquência, o que faz a sociedade entender o fenômeno população em situação de rua como “violenta”, “socialmente ameaçadora”, “criminosa em potencial”. No entanto, as

peças não conseguem entender exatamente a condição de quem está na rua.

Finalmente o último aspecto que trago nesta categorização do fenômeno aumentando a condição é a tendência à naturalização. Essa tendência vem acompanhada pela falta de suporte, falta de apoio e de políticas públicas sociais necessárias à este contingente populacional. Traduz a falta de senso e de ética com estas pessoas, o que traz a falha na tentativa de redução da pobreza e das desigualdades sociais, por parte da população e por parte do Estado. Além disso, é a posição que as próprias pessoas em situação de rua enfrentam sobre a naturalização, ou seja, sobre a falta de perspectivas na vida, sobre a acomodação da situação e a falta de discernimento para buscarem algo melhor é a responsabilidade pela situação em que se encontram.

O que se pode observar é que a partir dos dados macroestruturais e conjunturais pertinentes às últimas décadas, existem diversas relações entre as transformações socioeconômicas desse período e o surgimento do fenômeno população de rua, tal como se configura hoje, associados a um amplo processo de exclusão social.

SAWAIA (2002, p.9) diz que este fenômeno nada mais é do que um “processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas”

SAWAIA (2002) afirma que é importante que a própria pessoa conheça e entenda a noção que vive, as formas que são formadas suas relações. Trata-se, portanto, de um duplo viés. As pessoas têm histórias de vida antes das ruas o que traz diversas formas de relacionamento com o mundo. O homem se relaciona com o mundo e o mundo se relaciona com ele de forma dialética.

É preciso então fazer com que a pessoa em situação de rua (ou o excluído, ditado por SAWAIA, 2002) entenda que há sim um sofrimento de sua condição, mas que não pode existir o enraizamento, a categorização da situação. Vivenciar a subjetividade de cada indivíduo é fundamental na sociedade contemporânea.

FOUCAULT (1977) diz a respeito da inclusão social que ela é o processo ditado pela disciplina imposta aos excluídos, sendo então um processo de controle social e manutenção da ordem. Em outras palavras, a exclusão social estaria intimamente ligada às relações de poder que a sociedade estabelece.

MARX (1996) afirma que a compreensão da dialética exclusão/inclusão se daria na sociedade que inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital. Essa forma de pensar mascara a exclusão inserindo-a nas estratégias históricas de manutenção da ordem social.

Segundo SAWAIA (2002, p.110),

[...] não basta definir as emoções que as pessoas sentem, é preciso conhecer o motivo que as originaram e as direcionaram, para conhecer a implicação do sujeito com a situação que os emociona.

Para GONÇALVES FILHO (1990, p.15), a humilhação social (e conseqüentemente a exclusão social) se dá através de determinações econômicas e inconscientes.

O humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação de reconhecível nele mesmo – em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz – e também reconhecível em seu mundo – em seu trabalho e em seu bairro.

Outro aspecto sobre a dialética inclusão/exclusão que é necessário compreender para entender o fenômeno população em situação de rua é a forma com que parte da sociedade brasileira se torna invisível. Num primeiro momento é importante entender como surge essa ideia de invisibilidade social à sociedade brasileira.

Segundo DAMATTA apud CORRÊA (2006), a sociedade atual é permanentemente hierárquica. Isso significa que o sistema que condiciona os aparatos econômicos e sociais é permeado por princípios hierárquicos, que se dispõe de modo explícito. Desta forma, o capital de relações pessoais se torna, então, o capital social, que permite essa relação hierárquica adjacente às diversas formas interpessoais.

Para SOUZA apud CORRÊA (2006, p.371), a desigualdade social é fruto de uma hierarquia advinda de “mecanismos opacos e intransparentes”. A desigualdade é então “uma hierarquia opaca, toldada e intransparente, capaz de atuar, como uma rede tecida por fios invisíveis, de modo naturalizado e naturalizante” (p.388)

Por fim trazemos para comparar os dados e compreender a exclusão social o discurso de POCHMANN (2003). Neste debate, ele insere um atlas (Anexo 01) onde nele estão representados alguns índices que estão relacionados aos fenômenos da violência, da educação, da pobreza, enfim, das desigualdades socioculturais. Seu estudo tem como objetivo identificar as áreas ou regiões responsáveis por uma maior ou menor demarcação da exclusão social e, também, identificar as melhores formas de se driblar a realidade brasileira modificando-a através de políticas públicas eficientes que possam combater todo o tipo de desigualdade no país.

A exclusão social só pode ser entendida a partir de uma compreensão dinâmica geradora de excluídos sociais, ou seja, as próprias pessoas que comportam essa parcela da população. Mesmo porque o processo de exclusão social, e porque não dizer o fenômeno da exclusão social, é muito mais profundo do que a mera história nos diz. O fenômeno abarca sentidos, sentimentos, sensações e a subjetividade de cada um.

Segundo FERNANDES apud POCHMANN (2003, p.55), a virada para o século XXI trouxe ao Brasil uma continuidade do desenvolvimento capitalista dependente, renovando assim uma dupla articulação, responsável por promover ao mesmo tempo a acomodação dos setores internos e da economia interna às economias centrais.

1.3. Indicadores importantes

Para compreender a situação gerada do fenômeno população em situação de rua na cidade de São Paulo mostramos alguns indicadores importantes que demonstram o número de pessoas em situação de rua através

de um censo (Censo da População em Situação de Rua) realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU).

Realizado nos anos de 2009 e 2010 o Censo, bem como a Caracterização Socioeconômica da População de Moradores de Rua da Área Central de São Paulo trazem informações importantes para serem discutidas como políticas públicas necessárias na construção da sociedade para sanar esse problema ou tentar diminuir os aspectos adjacentes ao fenômeno.

O censo constituiu-se em duas etapas. A primeira delas tratava-se do recenseamento da população em situação de rua na cidade de São Paulo e a distribuição espacial da população recenseada. A segunda etapa visava o levantamento do perfil socioeconômico da população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Realizado no período noturno de segunda à quinta-feira, por 7 noites, entre os dias 17 de Novembro e 14 de Dezembro de 2009, o município de São Paulo foi dividido em 9 distritos censitários com o objetivo de analisar as informações sobre os locais que usualmente são encontradas pessoas em situação de rua.

Os distritos abarcados pelo censo quem compõe a chamada “Área Central” foram: Sé, República, Brás, Pari, Cambuci, Liberdade, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista e Bom Retiro.

Em seguida, conseguimos localizar alguns indicadores realizados pela Casa Resgate Vida do município de Barueri que são importantes para compreender o espaço onde o estudo foi realizado. Esses indicadores foram possíveis de serem analisados de acordo com os atendimentos realizados pela instituição no segundo semestre do ano de 2011.

Cidade de São Paulo

A tabela 01 mostra a quantidade de pessoas em situação de rua que residem e se estabelecem nas ruas da cidade e a população em situação de rua que se tornam acolhidos de ONGs, abrigos e albergues.

Tabela 01- Número de pessoas em situação de rua, 2009.

População	Número	%
Moradores de Rua	6.587	48,2
Acolhidos	7.079	51,8
Total	13.666²	100,0

É possível perceber por esta tabela que o número de moradores de rua é bem próximo ao número de acolhidos. Talvez por situarem-se numa região onde há um grande número de albergues para esta população. O que se observa é um equilíbrio entre pessoas morando nas ruas e sendo acolhidos no município de São Paulo.

A tabela 02 mostra os distritos municipais com maior presença de pessoas em situação de rua.

Tabela 02 - Distritos Municipais com maior presença de moradores de rua, 2009.

Distrito	Moradores de rua	%*
República	1.570	23,8
Sé	1.195	18,1
Santa Cecília	309	4,7
Brás	249	3,8
Santana	194	2,9

² Vale ressaltar que numa pesquisa realizada entre 2007 e 2008, por meio de uma parceria do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), foram contabilizadas cerca de 31.922 pessoas em situação de rua nos 71 municípios pesquisados.

Consolação	175	2,7
Bom Retiro	165	2,5
Vila Leopoldina	149	2,3
Bela Vista	138	2,1
Mooca	135	2,0
Total	4.279	64,9

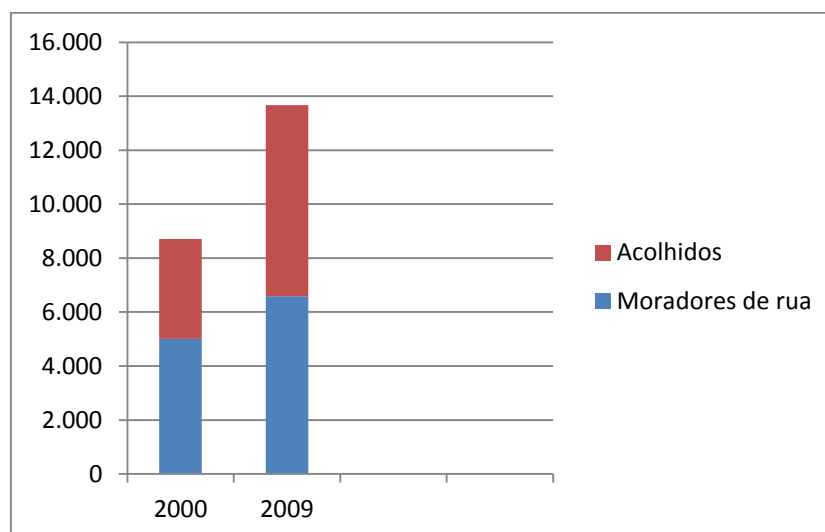
*Em relação ao total da população

Segundo a tabela podemos verificar que a maior concentração de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo está nos distritos República e Sé. Segundo STOFFELS (1977),

“O grande fluxo populacional nas áreas comerciais e administrativas, praças e esquinas combina diversas dinâmicas ideológicas e suscetíveis de cristalizar-se em torno da legitimação do pedido pela situação de indigência (...) os mendigos veem nos bairros residenciais a possibilidade de construir um produto relativamente estável, a partir de um conjunto de doadores fixos que, mesmo sendo pouco numerosos, lhe garantem uma esmola significativa”. (p.120)

O gráfico 01 mostra uma comparação realizada no censo de 2000 com o censo de 2009. Pode-se perceber um aumento significativo de pessoas em situação de rua num intervalo de 09 anos.

Gráfico 01 - Pessoas em situação de rua, 2000 e 2009.



Além do visível aumento das pessoas em situação de rua no período demonstrado, o número de acolhidos subiu quase o dobro em apenas 09 anos.

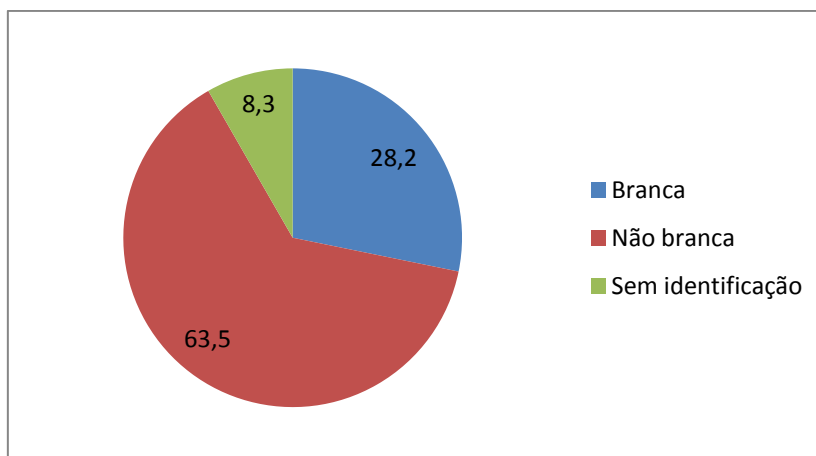
Isso demonstra uma melhoria nos níveis de serviço da cidade de São Paulo em termos socioeconômicos quanto à implementação de políticas públicas ou, a locais e instituições que agregam pessoas em situação de rua em seu bojo. São instituições que oferecem, além de residência provisória, auxiliam as pessoas a retirar documentos se necessário e buscar um lugar fixo para elas.

Tabela 03 - Número de pessoas acolhidas, por instituições conveniadas e não conveniadas com SMADS³, 2009.

População acolhida	Número	%
Instituições conveniadas		
Centros de acolhida e centros de acolhida especial	6.294	88,9
República e hotéis sociais	435	6,2
Instituições não conveniadas	350	4,9
Total	7.079	100,0

Através desta tabela pode-se perceber que grande parte do contingente populacional das pessoas em situação de rua está hoje nos grandes centros de acolhida e centros de acolhida especial.

Gráfico 02 - Moradores de rua, cor, 2009.



³ Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Através do gráfico é possível observar que mais da metade da população em situação de rua é considerada não branca. O instrumento demonstra que negros, pardos e mulatos são a maioria desse contingente populacional nestes dados censitários.

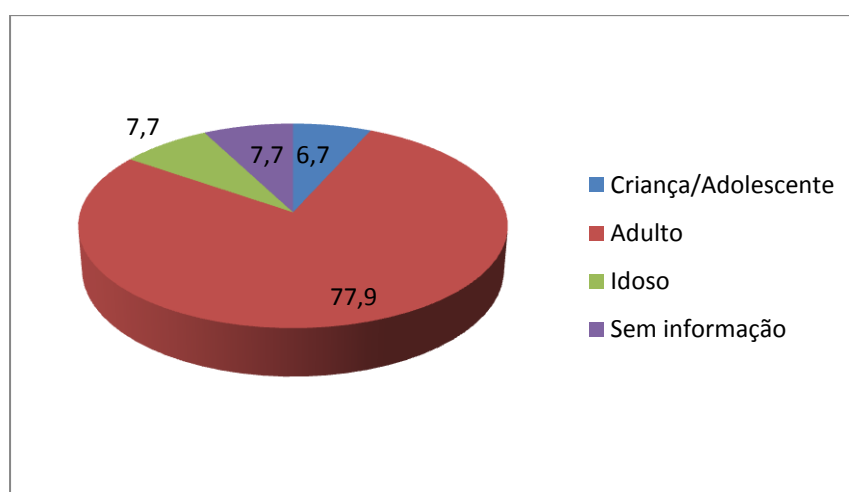
Além disso, segundo a tabela 04, pessoas do sexo masculino são a maioria em 2009.

Tabela 04 - Moradores de rua, sexo, 2009.

	Número	%
Masculino	5.251	79,7
Feminino	1.023	15,5
Sem identificação ⁴	313	4,8
Total	6.587	100,00

Através deste perfil traçado pelo censo é possível incrementar medidas a se trabalhar no sentido de amenizar o sofrimento das pessoas em situação de rua, comparando-se os locais extremos em que vivem.

Gráfico 03 - Moradores de rua, idade atribuída, 2009.



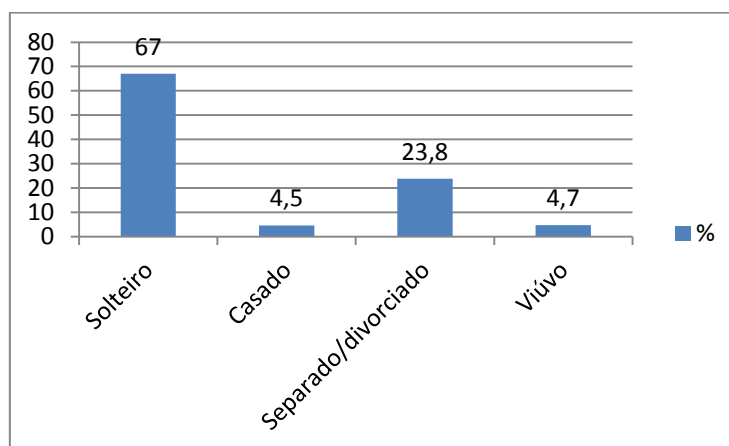
⁴ Nos indicadores da Tabela 04, as pessoas configuradas como “sem identificação” não quiseram responder ao questionário se era do sexo masculino ou feminino.

Tabela 05 - Cadastrados no Serviço Social, 2010.

	Número	%
Sim	360	94,2
Não	21	5,5
Sem resposta	1	0,3
Total	382	100,00

Embora pouco mais de 94% da população dos albergues é cadastrada no Serviço Social, a maioria não é de frequentadores assíduo, sendo também uma população solteira (gráfico 04).

Gráfico 04 - Estado civil, pessoas em situação de rua, 2010.



Trata-se, portanto de uma população celibatária, onde apenas 4,5% se declaram casados, enquanto 67% são solteiros e 28,5% separados, divorciados e viúvos.

Tabela 06 - Grau de Escolaridade, 2010.

Situação	Número	%
Analfabeto	15	3,9
Alfabetizado	20	5,2
1º Grau incompleto	134	35,1
1º Grau completo	68	17,8
2º Grau incompleto	49	12,8

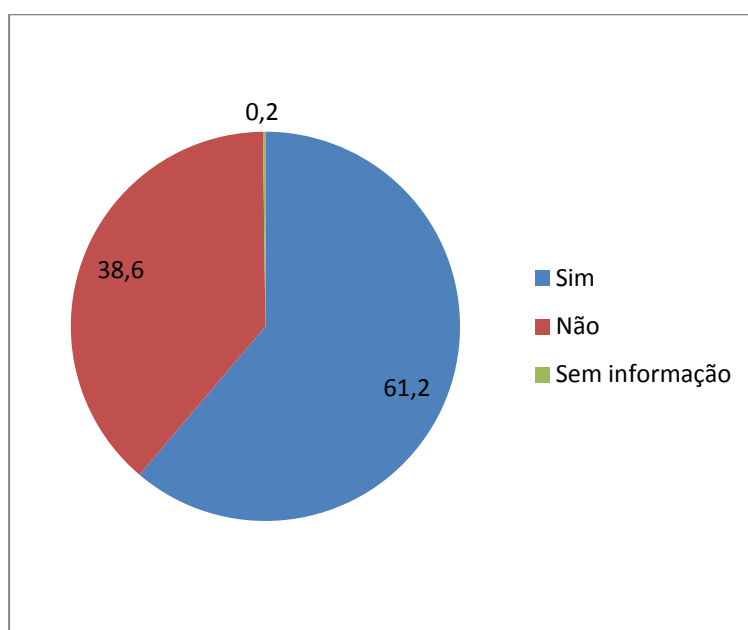
2º Grau completo	67	17,5
Superior incompleto	19	5
Superior completo	9	2,4
Total	382	100

Também se pode inferir, de acordo com a tabela 06, que a maior parte da população (96%) é alfabetizada, onde a maioria tem frequentada a escola, mesmo que por poucos anos (35% têm o primário incompleto).

Além disso, segundo a pesquisa coordenada pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos, muitos (mais de 90%) têm uma profissão e a maioria não a exerce num intervalo de 1 a 2 anos.

Talvez esses dados sejam importantes para analisarmos a situação que as pessoas vivem e o papel do Estado nisso tudo. A heterogeneidade de pessoas que vivem nas ruas é grande, muitos têm consciência de que ali não é o seu lugar, mas fazem das ruas, marquises, praças e viadutos, sua morada temporária e vão tentando muitas vezes, paulatinamente, arrumando suas vidas.

Gráfico 05 - Pessoas em situação de rua com parentes da cidade de São Paulo que não vivem com eles na rua, 2010.



Pode-se perceber que mais de 60% das pessoas em situação de rua possuem parentes na cidade de São Paulo. Esse dado é de fundamental importância para entendermos o surgimento do fenômeno população em situação de rua especificamente nesta cidade.

Já a tabela 07, demonstra o número de pessoas que vivem acompanhados ou sozinhos nas ruas. Através disso, pode-se trabalhar com o contexto vínculos nas ruas e como essas pessoas se relacionam das mais diversas formas.

Tabela 07 - Vivem acompanhados ou sozinhos nas ruas, 2010.

Com quem vive na rua	Número	%
Acompanhado	174	33,1
Sozinho	352	66,9
Total	526	100,0

Muitos vínculos são formados nas ruas com diversos objetivos: amizades, proteções, cuidados, etc. As pessoas em situação de rua passam por diversas situações em que, muitas vezes se veem na necessidade de procurar um outro.

A tabela 08 mostra os intervalos de tempo que as pessoas em situação de rua tiveram com familiares.

Tabela 08 - Intervalos de tempo do último contato das pessoas em situação de rua com familiares, 2010.

Tempo	Número	%
Até 1 mês	97	31,2
De 2 a 6 meses	66	21,2
De 7 a 12 meses	32	10,2
De 12 a 60 meses	77	24,8
De 60 a 120 meses	18	5,8
Mais de 120 meses	21	6,7

Total	311	100,0
-------	-----	-------

Através desta tabela pode-se verificar que mais de 30% da população em situação de rua tiveram contato com seus familiares em até 01 mês de tempo na rua. Em contrapartida, quase 25% dessa população teve contato com os familiares entre 1 a 5 anos.

Esse dado é de extrema importância, visto que demonstra a fragilidade das relações humanas e o contato das pessoas em situação de rua com seus principais conhecidos: suas famílias.

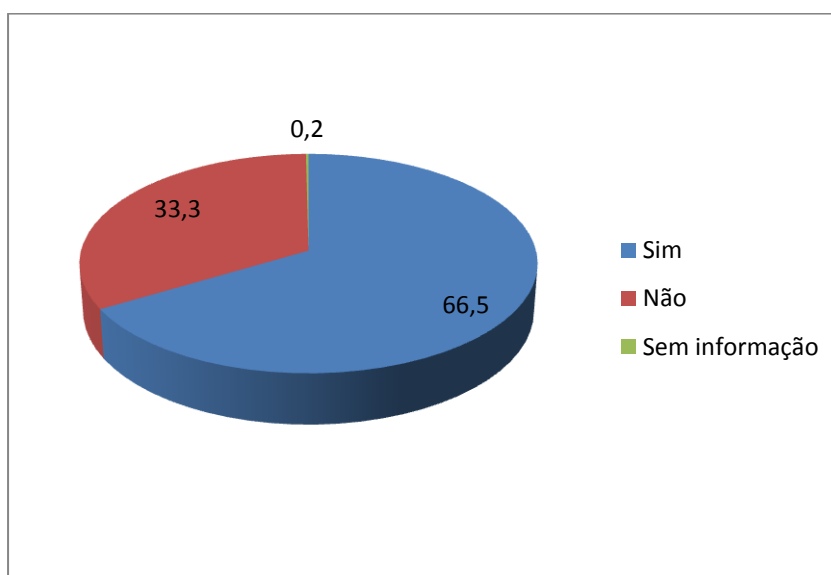
Tabela 09 - Uso de álcool e drogas por grupos etários, 2010.

Uso de álcool e drogas	Grupos etários						Total	
	18 a 30		31 a 49		Acima de 50			
Não usa álcool ou droga	26	19,4	64	24,2	44	34,9	134	25,6
Usa somente álcool	19	14,2	110	41,7	65	51,6	194	37
Usa somente droga	25	18,7	21	8	5	4	51	9,7
Usa droga e álcool	64	47,7	69	26,1	12	9,5	145	27,7
Total	134	100%	264	100%	126	100%	524	100%

É possível perceber que no grupo das pessoas em situação de rua mais jovens, a percentagem é maior para utilização de drogas e álcool. No grupo de idade mediana, há o predomínio de usuários apenas de álcool, mas ainda persiste em um grau maior em uso de drogas e álcool. Já no grupo dos mais velhos (acima de 50 anos), o predomínio de substâncias é maior quando se utiliza o álcool.

Essa situação pode ser confirmada nas ruas, onde observa-se o predomínio de pessoas mais novas utilizando-se de diversos tipos de drogas (crack, maconha, cocaína, cola, loló) e pessoas mais velhas fazendo uso de bebidas alcoólicas.

Gráfico 06 - Violência na rua, 2010.



Através deste gráfico é possível verificar que mais de 65% da população em situação de rua já sofreu algum tipo de violência nas ruas da cidade de São Paulo. Esse dado é extremamente relevante do ponto de vista social, pois implica em situações extremamente inquietantes para a assistência social na cidade. A exclusão social implicada nesse tipo de situação traz o contexto do humilhado, como forma de enraizamento da situação.

A tabela 10 mostra os autores da violência sofrida nas ruas. Segundo a FIPE houve respostas múltiplas, o que foi necessário categorizar as partes.

Tabela 10 - Autores da violência sofrida, 2010.

Por parte de quem sofreu violência	Número	%
Moradores de rua	239	46,3
Polícia	144	27,9
Transeuntes	70	13,6
Comerciantes	23	4,5
Outro(s)	23	4,5
Total	499	96,8*

*Excluída a categoria sem informação

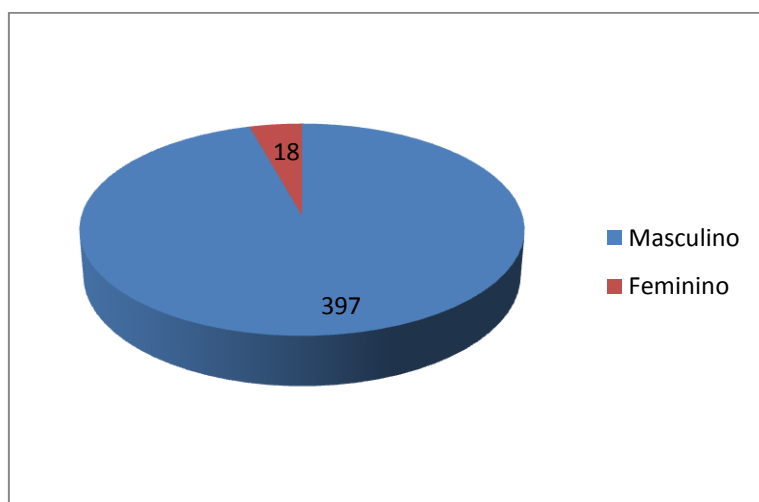
Esta tabela traz, portanto, a ideia de quem agride esse tipo de público. Podemos perceber que quase 50% da população em situação de rua é agredida pela própria população, ou seja, eles mesmos se agredem, sejam por quais motivos forem. Em segundo lugar, e não menos importante, com quase 28% são os policiais, que trazem medo para muitas pessoas em situação de rua.

Cidade de Barueri

Trazemos aqui alguns resultados que julgamos interessantes e importantes para o conhecimento e entendimento da condição da população em situação de rua da cidade de Barueri, a fim de trazer compreensão de como a situação de rua é vista na cidade e como são as políticas públicas voltadas a essa população.

A instituição Casa Resgate Vida realizou um estudo sobre os indicadores referentes ao segundo semestre de 2011 do Projeto Reinserir. São dados importantes que ajudam a compreender parte do fenômeno população em situação de rua mais focado na cidade de Barueri.

Gráfico 07 - Distribuição em percentagem e número de abordagens e atendimentos, 2011.

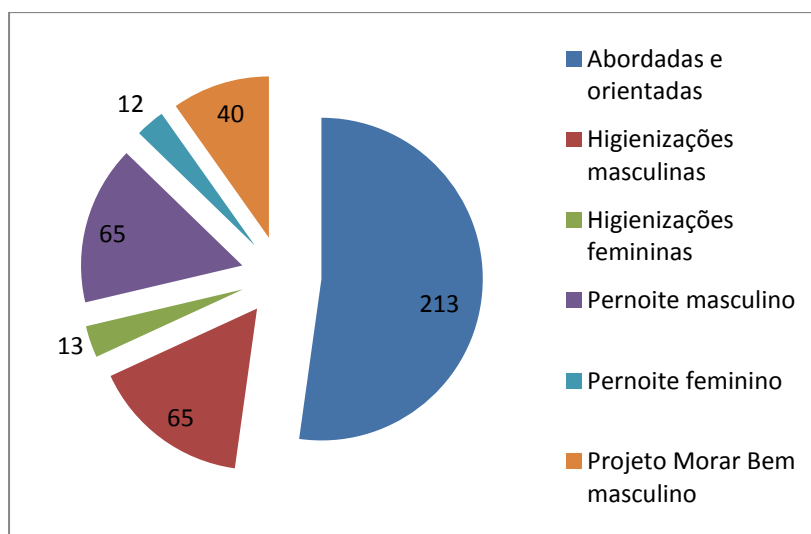


O gráfico 07 mostra a quantidade de pessoas em situação de rua atendidas pela Casa Resgate vida no segundo semestre de 2011. De um total de 415 pessoas atendidas, 397 são homens e apenas 18 são mulheres.

O que de certa forma corrobora os dados do Censo de São Paulo, onde quase 80% das pessoas em situação de rua são homens e apenas 20% aproximadamente são mulheres.

Vale ressaltar que a meta de atendimento da Casa Resgate Vida neste período era de 300 pessoas, quase 100 a menos do que a realidade atendida.

Gráfico 08 - Distribuição em percentagem dos atendimentos e encaminhamentos realizados, 2011.



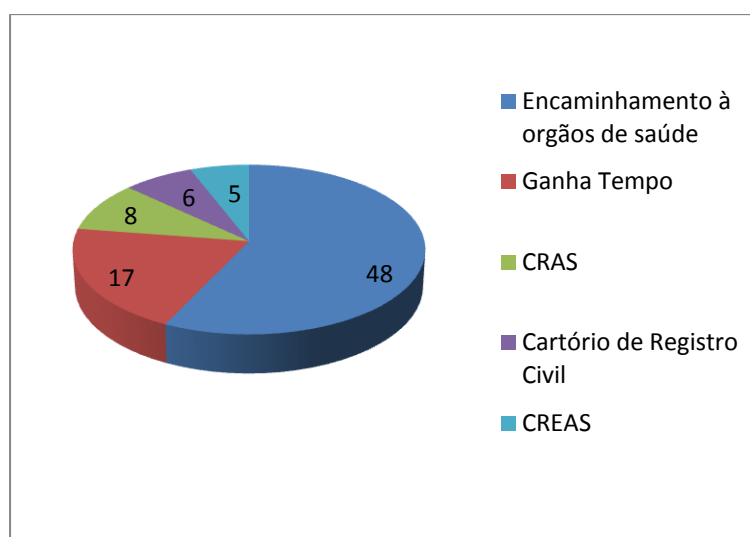
No gráfico 08 pode-se observar algumas intervenções que foram realizadas na Casa Resgate Vida no segundo semestre de 2011. Dos atendimentos realizados, 213 foram abordados e orientados, ou seja, foram pessoas em situação de rua que não aceitaram os encaminhamentos e benefícios ofertado (isso ocorre geralmente quando essas pessoas não aceitam os encaminhamentos por terem dificuldades em aderir ao tratamento terapêutico e adaptarem-se as normas e regras da instituição).

Além disso, foram realizadas no total 78 higienizações, sendo 65 em homens e 13 em mulheres.

Para pernoite das 77 pessoas atendidas no segundo semestre de 2011, 65 foram do sexo masculino e apenas 12 do sexo feminino.

Em um dos projetos da Casa Resgate Vida, foram atendidas 46 pessoas, sendo 40 do sexo masculino e apenas 06 do sexo feminino.

Gráfico 09 - Distribuição em percentagem de pessoas encaminhadas aos órgãos de saúde e à Rede Socioassistencial, 2011.



Em relação aos encaminhamentos realizados pela Casa Resgate Vida, 48 deles foram encaminhados à órgãos de saúde, como atendimentos médicos especializados.

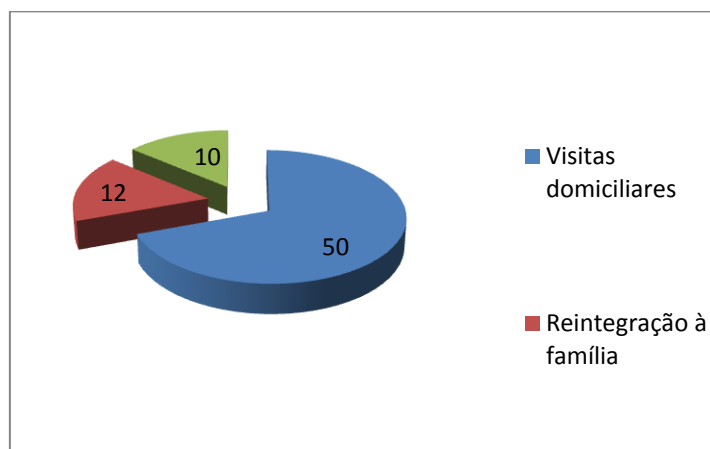
Do total de 84 encaminhamentos, 17 pessoas foram encaminhadas ao Ganha Tempo⁵ para confecção de documentos e cadastro na Casa do Trabalhador⁶.

Ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) foram encaminhadas 08 pessoas e 06 pessoas ao Cartório de Registro Civil. Além disso, 05 pessoas foram encaminhadas ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

⁵ Trata-se de um órgão fundado pela Prefeitura Municipal de Barueri em 31 de janeiro de 2005, com o objetivo de acolher e informar a população sobre todos os procedimentos necessários para o acesso aos serviços disponíveis, disponibilizando, entre outros serviços, a retirada de seus primeiros documentos pessoais e solicitação de segunda via de seus documentos.

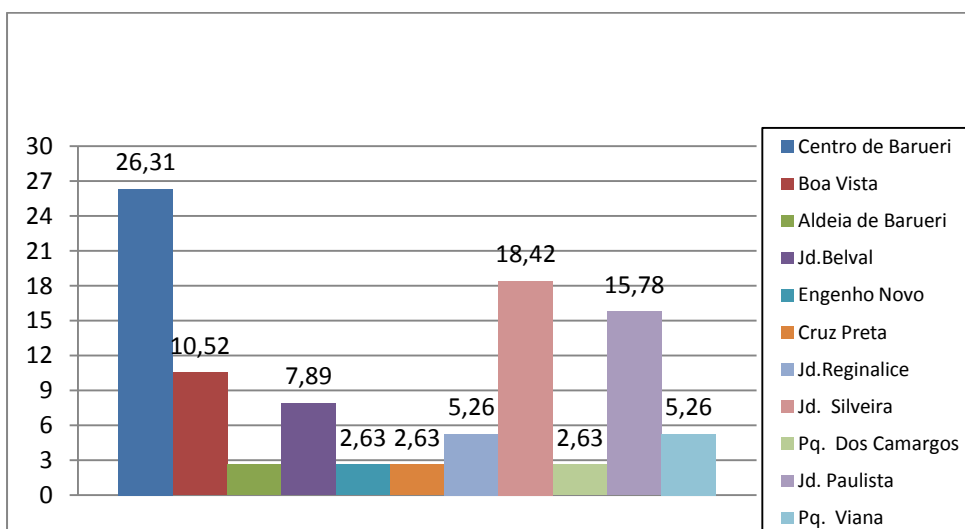
⁶ Por intermédio da Secretaria de Indústria, Comércio e Trabalho, o Departamento Técnico de Relações do Trabalho criou a Casa do Trabalhador com um modelo de gestão institucional inteiramente aberto, firmando parcerias com instituições, associações, sindicatos, empresas privadas e setor público. Têm como principal objetivo enfatizar a prestação de serviços de qualificação e requalificação profissional.

Gráfico 10 - Distribuição em percentagem de visitas familiares realizadas e reintegração familiar, 2011.



No segundo semestre de 2011 foram atendidos 72 famílias no total. Dessas, 50 (ou seja, quase 70%) obtiveram visitas domiciliares. Ocorreu neste semestre a reintegração de 12 pessoas à suas famílias. E foram realizados 10 contatos com familiares de outros municípios via telefone e/ou correspondência.

Gráfico 11 - Incidência atualizada em percentagem de cadastro de pessoas em situação de rua, nos bairros de Barueri, 2011.



De acordo com gráfico apresentado, foram abordadas e orientadas 38 pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, de forma fragmentada nos bairros de Barueri no segundo semestre de 2011.

- Centro de Barueri 10 pessoas (26,31%).
- Vila Boa Vista 04 pessoas (10,52%)
- Aldeia de Barueri 01 pessoa (2,63%)
- Jardim Belval 03 pessoas (7,89%)
- Engenho Novo 01 pessoa (2,63%)
- Cruz Preta 01 pessoa (2,63%)
- Jardim Reginalice 02 pessoas (5,26%)
- Jardim Silveira 07 pessoas (18,42%)
- Parque dos Camargos 01 pessoa (2,63%)
- Jardim Paulista 06 pessoas (15,78%)
- Parque Viana 02 pessoas (5,26%)

1.4. Políticas Públicas voltadas à população em situação de rua

Desde meados da década de 1960, em algumas cidades brasileiras, já era possível verificar iniciativas de organização da população em situação de rua.

Essas iniciativas se intensificaram em 1990 e nos anos 2000 (século XXI). Na busca de melhores condições de vida para a população em situação de rua, os próprios moradores das ruas, embora, muitas vezes, desprovidos de condições básicas de vida, contavam também com a colaboração de organizações sociais de diferentes vertentes religiosas.

Desta forma, em algumas cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza, por exemplo, foram se formando parcerias na busca de dar visibilidade à sociedade das péssimas condições em que as pessoas em situação de rua viviam e na tentativa de avançar nas conquistas fundamentais de seus direitos.

Através destas parcerias surgiram encontros, fóruns de discussões e debates, participações nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento e, no ano de 2008, no Conselho Nacional de Assistência Social,

que pela primeira vez elegeu um representante da população em situação de rua.

A base fundamental de todas essas manifestações foi a luta única a favor da implementação de políticas públicas voltadas à população em situação de rua. As discussões giraram em torno da violência e preconceito sofrido pela população em situação de rua, da ausência de políticas públicas de atendimento eficazes e capazes de saída autônomas da situação de rua e na certeza de que se não fosse a persistência destas parcerias as conquistas não seriam efetivadas.

Uma das atividades que foram de extrema importância para alavancar o processo de conquistas destas parcerias foi a Marcha para Brasília, que ocorreu em 2001, contando com uma articulação coletiva fundamental na organização de catadores de material reciclável e da população em situação de rua.

No ano de 2004 na cidade de São Paulo ocorreu um episódio conhecido como “chacina da Praça da Sé”, o qual vitimou fatalmente sete pessoas em situação de rua. Esse ato foi seguido por outros semelhantes em diversos pontos do país. A partir deste episódio houve realmente a necessidade de se firmar de forma organizada um movimento social. Pode-se observar a criação de alguns movimentos neste sentido como Fóruns da População de Rua, manifestações de rua, Plenárias FalaRua, dentre outras atividades.

Em 2005, em Belo Horizonte, foi realizado o IV Festival Lixo e Cidadania, tendo como exemplo a trajetória vivida pelos catadores de material reciclável e as pessoas em situação de rua. Além disso, as próprias pessoas em situação de rua, que organizaram o festival, convidaram outras pessoas em situação de rua das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Cuiabá. Através deste encontro surgiu o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

O Movimento Nacional da População de Rua foi então formado por pessoas em situação ou trajetória de rua, comprometidos por uma luta em

busca de uma sociedade mais justa, que garanta direitos e dignidade humana para todos. Juntos se organizam a fim de mobilizar outros na conquista de políticas públicas e nas transformações sociais.

Nos dias 1 e 2 de setembro de 2005 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, com representantes dos governos municipais, organizações sociais e pessoas em situação de rua. O objetivo do encontro era de conhecer os desafios e definir estratégias na construção de políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

No dia 25 de outubro de 2006, em uma sessão solene em Brasília com a presença de autoridades, técnicos, representantes das cooperativas de catadores de materiais recicláveis e da população em situação de rua, o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, assinou um decreto que instituiu a coleta seletiva em órgãos da Esplanada dos Ministérios com destinação dos materiais recicláveis à associações e cooperativas de catadores. Foi ainda definido que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) publicaria um edital para apoio financeiro a projetos de catadores de materiais recicláveis.

Além deste decreto, o presidente Lula criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão a população em situação de rua. Esse grupo foi formado com representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, da Educação, das Cidades, do Trabalho e Emprego, da Cultura e da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da sociedade civil.

Em maio de 2009 foi realizado em Brasília, o II Encontro Nacional de População em Situação de Rua, com o objetivo de discutir e consolidar a proposta “Política Nacional para a População em Situação de Rua”. Sete meses depois foi assinado pelo presidente Lula, o decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (Anexo 2).

No decreto foram instituídos a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento desta política nacional.

No ano de 2010 o movimento desenvolveu um projeto que visa seu fortalecimento com ações de capacitação de lideranças, seminários e fóruns em várias cidades do país, além da confecção de camisetas, bandeiras, banners e cartilhas e a criação do Portal FalaRua.

O movimento se utiliza de vários espaços na discussão de políticas públicas voltadas à diversas áreas, sem perder, contudo, suas bases que sempre foram os albergues e, principalmente, as ruas e suas populações.⁷

⁷ Anexo 03 – Principais datas da história do Movimento Nacional da População de Rua

CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO A INSTITUIÇÃO CASA RESGATE VIDA

A Casa Resgate Vida é um local que facilita o encontro deste tipo de público alvo, bem como a preservação de um ambiente que traga confiabilidade, fidedignidade e transparência para a realização da entrevista e da aplicação do psicodiagnóstico de Rorschach.

A ONG (Organização Não Governamental) Casa Resgate Vida foi fundada em 1999 em uma pequena casa no bairro Aldeia de Barueri onde era prestado atendimento a dependentes químicos e alcoólicos. O excelente trabalho realizado pela instituição obteve tamanha repercussão que a Prefeitura do Município de Barueri se interessou pelo trabalho realizado e construiu um prédio para melhor alocar a equipe técnica e os atendidos bem como aperfeiçoar os atendimentos prestados no Município.

Atualmente a instituição destina-se a prestar atendimento a pessoas em situação de rua, visando a abordagem, discussão e tratamento de diversas questões, dentre as quais podem ser citar as mais comuns: problemas no núcleo familiar, negligência, abandono, falta de oportunidades na vida, desemprego, além de problemas de saúde. O objetivo é buscar uma alternativa de vivência fora do ambiente precário e insalubre em que vivem atualmente.

A Casa Resgate Vida conta com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogas, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, fisioterapeutas, professoras de EJA (Educação de Jovens e Adultos), monitores, bem como assistentes de cozinha, limpeza, segurança, entre outros.

A instituição conta com uma média de cinquenta vagas, atendendo homens e mulheres. Contando ainda com mais cinquenta vagas de pernoite (atendimento sem vínculo burocrático).

Ao serem trazidos para a instituição, as pessoas em situação de rua passam por um pré-atendimento com a assistente social ou a psicóloga. O

indivíduo fica aproximadamente noventa dias dentro da instituição sendo avaliado e auxiliado na procura de algum trabalho ou alguma estabilidade (os primeiros trinta dias a pessoa fica sem sair da instituição, procurando enquadrar-se numa rotina diária bem como realizando atendimento clínico e acompanhamento de sua saúde). Se for necessária a saída do albergado por motivos médicos, ele é acompanhado pelo motorista e por monitores da instituição.

A ONG abre um prontuário para a pessoa, realiza o encaminhamento para avaliação clínica e fornece medicamento (se necessário), iniciando a terapia ou o acompanhamento terapêutico daquela pessoa.

No período da manhã a assistente social realiza toda a parte de encaminhamento médico, bem como retirada de documentação (muitos vão para a Casa Resgate Vida sem documentos – a equipe providencia documentos novos para os sujeitos).

Em seguida, a psicóloga realiza atendimentos individuais e em grupo, a terapeuta ocupacional ajuda-os a realizarem todas as atividades de vida diária e independente, desde arrumação de cama e armário até cultivo da horta e atividades diversas.

Além disso, o educador físico fica o dia todo na instituição e o fisioterapeuta realiza acompanhamentos no período da manhã. Há também aulas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com uma professora concursada pelo Município.

A equipe realiza no início do ano uma reunião para confecção do planejamento anual, com cronograma de atividades pontuais do que será realizado mês a mês. No final de cada mês fazem um relatório da quantidade de atendimentos, grupos, temas que foram colocados e discutidos durante o mês, trabalhos realizados, quantas pessoas participaram e como participaram.

A rotina diária dos albergados funciona da seguinte forma: acordam às seis horas da manhã, arrumam a cama, tomam banho e tomam café. Em seguida vão para a atividade vivencial, onde é realizado trabalho com a equipe de profissionais, além de confecção de artesanato. Às onze e meia da manhã

eles almoçam e dão continuidade as atividades. No período da tarde fazem um lanche, depois tomam um novo banho. Às seis horas da noite jantam e vão dormir. Neste momento da rotina a Casa recebe os pernoitados, que entram na Instituição às sete horas da noite.

Como parte prática deste trabalho, tínhamos a intenção de acompanhar a equipe do Projeto Reinsere em seu trabalho e, na localização de uma pessoa em situação de rua que quisesse se tornar albergado da Casa Resgate Vida, acompanhar este sujeito, ao final de um mês entrevistá-lo e aplicar o Psicodiagnóstico de Rorschach. No entanto, devido a supressão de vagas na instituição que pudessem albergar as pessoas em situação de rua neste curto período de tempo que tínhamos para aplicação do trabalho, viu-se a necessidade de buscar outra forma de conhecer sujeitos em situação de rua

DISCUSSÃO

“Os moradores de rua demonstram empiricamente a tese de que o desejo e a ética não estão atrelados às necessidades da espécie. Não lhes interessam qualquer sobrevivência, mas uma específica, com reconhecimento e dignidade. Mesmo na miséria, eles não estão reduzidos às necessidades biológicas, indicando que não há um patamar em que o homem é animal. O sofrimento deles revela o processo de exclusão afetando o corpo e a alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome. O brado angustiante do ‘eu quero ser gente’ perpassa o subtexto de todos os discursos. E ele não é apenas o desejo de igualar-se, mas de distinguir-se e ser reconhecido.” (SAWAIA, p.114, 2002)

Não era nosso objetivo comparar os dados aqui ressaltados e trazidos para compreender um pouco da vida da pessoa em situação de rua. No entanto, fez-se necessária uma aproximação de dados, informações e situação para que possamos analisar cautelosamente as implicações da dialética inclusão / exclusão.

O objetivo deste trabalho foi então o de tentar compreender a pessoa em situação de rua, como ela vive, vê o outro e/ou se coloca diante deste outro, procurando entender como são feitas as construções vivenciais na rua e como são configuradas as relação das pessoas que estão em situação de rua com a formulação de identidade.

Através do levantamento bibliográfico realizado e da pesquisa de campo, podemos perceber que muito do relato das pessoas em situação de rua perpassa o que SAWAIA (2002) nos traz na informação acima. A dor de estar nas ruas, de estar jogado na sarjeta, dormir embaixo de viadutos, marquises, em bancos de praças, viverem sujos e fétidos não é nada frente à dor de se sentirem gente, se sentirem humanos. Muitos vivem em condições precárias, mas relatam querer sair dessa situação (mesmo não fazendo nada para que isso ocorra).

Ambos os entrevistados, relatam a bebida como fator principal para terem iniciado suas vidas nas ruas e sentem que ela é maldosa e traiçoeira;

uma vez bebido o primeiro gole, impossível voltar atrás. A bebida é vista como um mecanismo de fuga, uma alternativa que traz um envelopamento da condição vivida pelo indivíduo.

Além disso, no geral são muito apegados ao contexto religioso. Relatam a religião como algo primordial e Deus como aquele que salva, que traz a luz à vida. É um mecanismo de troca, de barganha, uma forma da pessoa se apegar e agradecer por tudo o que tem acontecido e passado em sua vida.

A cultura subjacente no discurso destas pessoas em situação de rua traz um universo paralelo. O enraizamento da situação de rua se tornou intrínseco à este público e, a naturalização do fenômeno população em situação de rua é vista com clareza na fala dos sujeitos. Veem a situação como algo que acontece atualmente em sua vida e que sempre permanecerá enraizado. Sentem que são vítimas desta situação e nada conseguirá fazer como que saiam desta situação, mesmo se apegando ao enfoque religioso.

As relações interpessoais nas ruas são formadas através da situação vivida em comum por outras pessoas: compartilham do mesmo copo, da mesma bebida, do mesmo local para dormir, do mesmo dilema sofrido na vida; se recebem ajuda externa, é de pessoas que se tocam pela situação vivida nas ruas ou por entidades religiosas que fazem caridade. Desta forma, são ajudados por eles ou se sentem na obrigação de se ajudarem: comprando a bebida que é compartilhada, roubando uns aos outros, entre outros.

Também é possível entender o tempo que ficam nas ruas. Geralmente tem família (ou relatam ter) e demonstram recaídas, principalmente pelo álcool, tido como pivô do início da vida nas ruas. Segundo as pessoas em situação de rua entrevistadas, a recaída pelo álcool foi o principal motivo de terem retornado às ruas, já que não podiam ficar em casa com os familiares. Neste sentido, o tempo vivido nas ruas era sempre em função da bebida alcoólica.

Os moradores de rua não constituem “população homogênea”. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à

sobrevivência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social (os valores vividos anteriormente) o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares / comunitários, os tipos de socialização que se consolidam na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou drogas) e o seu grau de comprometimento, as condições de autoestima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à ideia de uma tipologia dentro dos moradores de rua na cidade (BORIN apud MEDEIROS, p.56, 2010).

A Casa Resgate Vida se tornou, então, uma solução encontrada por muitos (ou por seus familiares) como aquela que pode auxiliar na desintoxicação da bebida alcoólica, da introdução de uma rotina, de uma perseverança criada e adquirida pela pessoa na tentativa de reabilitação social. Acreditam que o momento que estão vivendo na instituição é um momento de reconquista do espaço perdido pela bebida e pela situação de rua. A reestruturação é vista, então, como um desafio. No entanto, essa reestruturação é tida como “mágica”, sem perspectivas claras de projetos de futuro.

Nenhum dos sujeitos entrevistados relatou um projeto de futuro. Imaginam uma forma de melhorar, no entanto, não sabem como isso ocorrerá. Muitas vezes, colocam a decisão nas mãos de Deus, como forma de se esquivar de uma tomada de decisão. Citam sempre querer ficar mais tempo na Casa Resgate Vida para se recuperarem melhor, mas não trazem soluções importantes para o que farão pós-instituição.

O perfil da pessoa em situação de rua é múltiplo: de acordo com os gráficos e tabelas trazidos no corpo deste trabalho, a população em situação de rua geralmente tem baixo índice de escolaridade, com baixa ou nenhum tipo de renda e que já sofreram violência nas ruas.

Os próprios sujeitos relatam violência nas ruas; violência de outras pessoas em situação de rua, numa disputa por território, por mecanismos primários (como comida e bebida – e geralmente bebida alcoólica) e por

dinheiro ou status. A forma como brigam ou disputam podem ser de um simples furto a uma facada.

Ainda de acordo com os relatos das pessoas em situação de rua, o mundo das ruas é feio, triste, sujo. Conseguem visualizar a vida que tinham antes das ruas e como viviam e fazem um comparativo de como vivem hoje. No entanto, se sentem tão vitimizados que acreditam não voltar à época de outrora.

Pensando no Psicodiagnóstico de Rorschach, as pessoas em situação de rua entrevistadas são pessoas bastante estáveis que conseguem na medida do possível tolerar suas frustrações em face dos obstáculos geridos em suas vidas. Podem, em alguns momentos de suas vidas, gerenciar o estresse sem se tornar tão aborrecido assim por eles. De uma forma geral tem uma boa tomada de decisões, porém, em alguns momentos, permite que as ações realizadas se façam mais pelo que se pensa do que pelo que se sente.

Conseguem, em alguns momentos, externalizar a culpa e a responsabilidade. Tem dificuldade em distinguir a realidade da fantasia e podem se tornar agressivos demonstrando comportamentos, por vezes, não adaptativos.

Alguns deles demonstram boa abertura para experiência, podendo se relacionar bem com os outros, tendo uma boa perspectiva de afeto. Outros, aparentam ser mais restritos à experiências novas, com modulações de afeto mais introjetadas tendendo a um relacionamento interpessoal mais restrito. Essas diferenças são claras e demonstram o relacionamento e a capacidade de moldar-se do ser humano. Além disso, tanto S quanto J aparentam terem boas atividades mentais, com modulações mais ou menos naturais.

A pessoa em situação de rua pode, portanto, ser uma pessoa normal, como afirma MATTOS apud DIFLORA (2004, p.53):

A pressão da estrutura social e econômica, ao determinar o ingresso do indivíduo nesta categoria, condiciona-o à formação de uma nova identidade: a de mendigo socialmente estigmatizado e entendida como deteriorada, o que leva a não se sentir completamente humano.

Esta ideia de não se sentir humano é vista com clareza no discurso dos sujeitos, quando relatam a forma que viviam e como os outros o viam nas ruas. É possível, desta forma, conhecer o fenômeno da tipificação enraizado no fenômeno pessoa em situação de rua. Essas tipificações fazem com que as pessoas em situação de rua se tornem “sujas”, “maloqueiros”, “vagabundas”, “loucas”.

É necessária, então, uma reestruturação das políticas públicas para que este tipo de público seja mais visto e não simplesmente excluído, ficando à margem da sociedade. Fica então uma pergunta: será que estamos preparados para lidar com as políticas públicas que envolvem o contexto pessoa em situação de rua? Será que a humanidade, em pleno século XXI, conseguirá romper este estigma colocado como imposição de séculos remotos, para finalmente seguir na linha da igualdade?

Essas são perguntas que a História pode nos dizer e que o futuro pode trazer alguns indícios de respostas, hipóteses casuais. O que nos resta é a certeza de que a pessoa em situação de rua é, em primeiro lugar, um ser humano, como qualquer outro, e necessita de amparo, cuidado e respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza.; ALVARENGA, Augusta Thereza.; DELLA RINA, Silvia Cristiane de Souza Alvarez. **História de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.259-272, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. IN BOCK, Ana Mercês Bahia., GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. e FURTADO, Odair (orgs). **A Psicologia Sócio-Histórica: (uma perspectiva crítica em Psicologia)**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

BROIDE, Jorge. **Psicanálise: nas situações sociais críticas – Violência, Juventude e Periferia: em uma abordagem grupal**. Curitiba: Juruá, 2010.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert.; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. 2ªed. São Paulo: EDUC, 2000.

CERU – CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS DA USP; SADS – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Trajetória de Vida da População atendida nos serviços de acolhimento para adultos em situação de rua no município de São Paulo**. São Paulo, 2009/2010.

CIAMPA, Antonio Carlos. **Identidade**. In: CODO, W; LANE, S.T.M (Orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHABERT, Catherine. **Psicanálise e métodos projetivos**. São Paulo: Vetor, 2004.

CHIAVERINI, Tomás. **Cama de Cimento: uma reportagem sobre o povo nas ruas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CORRÊA, Diogo. **Somos desiguais?** A propósito de Jessé Souza e Roberto DaMatta. In: **A invisibilidade da desigualdade brasileira**, SOUZA, Jessé (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CORRÊA, Jéssica Kobayashi. **O psicólogo de instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua: um estudo sobre sua identidade.** Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CRV – CASA RESGATE VIDA. **Indicadores referentes ao segundo semestre de 2011:** Projeto Reinsereir Casa Resgate Vida. Barueri, 2011

EXNER, John E. **Manual de Classificação do Rorschach para o Sistema Compreensivo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Relatório Censo da População em Situação de Rua/ Caracterização da População de Moradores de Rua na Área Central de São Paulo.** São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GALVANI, Débora. **Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades.** Dissertação (Mestrado em Ciências: Movimento, Postura e Ação Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOFFMAN, Erving. **O estigma.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, José Agnaldo. **Itinerários de sentidos na marcha para uma comuna da terra: pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo em busca de sua participação social.** Dissertação (Mestrado: Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **Humilhação social**: um problema político em Psicologia. In: Psicologia USP. São Paulo: USP, 1990.

KANO, Maria Yumi. et al. **A experiência da Casa Resgate Vida no processo na construção do resignificado do ser e pertencer de moradores em situação de rua**. In: SEMINÁRIO NACIONAL POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PERSPECTIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2008, Universidade Federal de São Carlos/São Carlos. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua**. São Carlos: Cubo, 2008. p.1 - 5.

MEDEIROS, Alessandra. Pessoas em situação de rua: a saída para a saída – Um estudo sobre pessoas que saíram da rua. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. t. 1. v. 2.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são?** Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.47-58, maio 2004.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da exclusão social**: A exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

REY, Fernando González. **O Social na Psicologia e a Psicologia Social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004

SAWAIA, Bader Burihan (Org.) **As artimanhas da exclusão**: o sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. 4ª Ed. - Vozes: 2002

SILVA, Miriam Debieux Vargas da. **Rorschach**: uma abordagem psicanalítica. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e População em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

STOFFELS, Marie Ghislaine. **Os mendigos da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARANDA, Walter.; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos**: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.56-69, jan. 2004.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Campos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: quem é, como vive e como é vista. São Paulo: Hucitec, 2004.

Endereços Eletrônicos:

BARUERI, P. **Casa do Trabalhador**. Disponível em: <<http://www.portalbarueri.com/casa-do-trabalhador/>>. Acesso em: 18 mar. 2012

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **População em Situação de rua**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

TRIBOS, M. **Ganha Tempo Barueri**. Disponível em: <<http://www.mundodastribos.com/ganha-tempo-barueri.html>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

Anexo 02

DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
- III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;
- V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população

em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede e acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e

designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10º O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11º O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar

gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12º A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciante;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

Diário Oficial da União Seção 1 - Nº 246, quinta-feira, 24 de dezembro de 2009.

Datas decisivas na história do MNPR

1980 – 1990 – Antecedentes históricos de organização: São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

2003 – Início do governo Lula: primeiras discussões entre os catadores de materiais recicláveis e o Programa Fome Zero ligado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA).

2003 – 2009 – Durante sete anos, o presidente Lula encontra com a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis por ocasião do Natal em São Paulo.

2004 – A OAF assina convênio com o MDS para desenvolver projeto de mobilização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e realização de pesquisas com a população em situação de rua nos municípios de Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife.

2004 – Chacina em São Paulo: Sete moradores de rua são mortos a pauladas na região central da cidade na Praça da Sé, no dia 19 de agosto.

2004 – Realização do III Festival Lixo e Cidadania em setembro em Belo Horizonte.

1. Entrega de carta ao Ministro Patrus Ananias solicitando políticas públicas para a população em situação de rua.
2. Fortalecimento do Movimento, articulação e discussão do Projeto da População de Rua: “Queremos unir todo o povo da rua do Brasil no movimento da população de rua”.
3. “1ª Reunião dos Moradores de Rua no último dia do III Festival Lixo e Cidadania”.

2005 – Em março, o MDS inicia assessoria técnica com Lucia Lopes para planejamento conjunto de ações e participa da Plenária em Belo Horizonte que

pressiona para efetivar no MDS os acordos realizados. O planejamento feito entre o MDS, o MNPR e as organizações apoiadoras acertam:

1. Gerir o convênio dos catadores de materiais recicláveis e da população em situação de rua;
2. Realizar o I Seminário da População em Situação de Rua;
3. Edital para grupos de geração de trabalho e renda;
4. Edital para realização da pesquisa em âmbito nacional;
5. Elaboração de decreto para criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e de Ato Público no Planalto.

2005 – Nos dias 1 e 2 de setembro, foi realizado o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua em Brasília com participação de 55 pessoas representando 12 municípios do País.

2005 – De julho a dezembro, realização de pesquisa em Belo Horizonte e Recife com participação da população em situação de rua.

2005 – Em setembro, por ocasião do IV Festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte, houve a criação do Movimento Nacional da População de Rua.

2005 – Em dezembro, foi aprovada a Lei 11.258 que estabelece a obrigatoriedade de criação de programas para a população em situação de rua na Assistência Social.

2006 – No dia 25 de outubro, houve a assinatura do Decreto s/n do Presidente criando o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a participação também de sete Ministérios. Rodada de negociação para realização de pesquisa e assinatura do novo projeto.

2006 – 2009 – De fevereiro de 2006 a abril de 2009 – Reuniões do GTI com a participação de quatro representantes da população em situação de rua (dois de São Paulo e dois de BH) e a Pastoral Nacional da População de Rua.

2007 – 2008 – Realização da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua em 71 Municípios do País.

2007 – 2008 – Encontros do Movimento Nacional da População de Rua em Belo Horizonte: princípios, bandeiras de luta e logomarca.

2008 – Indicação de representante das pessoas em situação de rua no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e conquista desse espaço na categoria de usuários.

2008 – 2009 – Oficinas com o Ministério da Saúde em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte para definir Plano Operativo e Ações Estratégicas.

2009 – Constituição do Fórum Provisório da População de rua (Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Juíza de Fora, Distrito Federal, Porto Alegre Curitiba e Rio de Janeiro).

2009 – Em maio, houve o II Encontro Nacional sobre População de Rua com a participação de 250 pessoas realizado nos dias 18, 19 e 20 de 2009 em Brasília.

2009 – Em novembro houve a assinatura do Projeto para Fortalecimento e Mobilização do Movimento da População de Rua entre o Pólis e o MDS.

2009 – No dia 24 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto Presidencial nº. 7053, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

2009 – No dia 28 de dezembro, o Ministro da Saúde José Gomes Temporão assinou a Portaria nº. 3305 instituindo o Comitê Técnico de Saúde para a população em situação de rua.

Anexo 04

Casa Resgate Vida – Projeto Reinsereir

Ficha cadastral/entrevista inicial

Nº _____/_____

1. Dados pessoais

Nome: _____ idade _____

Data de nascimento: _____ Local: _____

RG: _____ CPF _____

Filiação: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Ultimo emprego: _____

Ultima remuneração: _____

2. Dados familiares

Nome da esposa/companheira: _____

Idade da esposa/companheira: _____

Nome dos filhos: _____

Idade dos filhos: _____

Tem contato com a família? () sim () não

Com quem? _____

Com que frequência? _____

Ultimo endereço: _____

Pessoas para contato: _____

3. Dados de saúde

Tem apresentado algum sintoma de doenças?

Já passou pelo serviço de saúde do município? Quando? Por quê?

Está tomando alguma medicação? _____

Tem problemas com substâncias psicoativas? (bebida alcoólica, outros tipos de drogas)

Já fez tratamento específico na área da dependência química? Já esteve internado em hospitais, clínicas ou comunidades terapêuticas?

4. Situação de rua

Há quanto tempo está em situação de rua? _____

Qual o motivo de estar em situação de rua? _____

Há quanto tempo está na cidade? _____

Onde estava antes de chegar à cidade? _____

Já conhecia a cidade ou já esteve na cidade anteriormente? _____

Qual o motivo da volta? _____

Como sobrevive nas ruas? (alimentação, higiene pessoal, onde dorme).

Desenvolve algum tipo de trabalho para manter-se?

Quais as necessidades básicas no momento? (alimentação, local para pernoite, documentos, etc...)

Anexo 05

Questionário aplicado pelo pesquisador

1) Como você gostaria que eu te chamasse?

2) Como você é reconhecido nas ruas?

3) Idade?

4) Desde quando você vive na situação de rua?

5) Qual foi o motivo que levou você a tomar essa atitude?

6) Antes de morar nas ruas, como você vivia?

7) Como eram suas relações antes da vida na rua?

8) Você tem/formou novos vínculos afetivos depois que está em situação de rua?

9) Nas ruas como são os outros?

10) Como são as relações com eles?

11) Que tipo de situações você enfrenta na rua?
